

**Monique Fernandes Santos Matos**

# **DIREITO INTERNACIONAL SOCIAL**

**Análise das Decisões das Cortes  
Europeia e Interamericana de  
Direitos Humanos**

Curitiba  
Juruá Editora  
2015

---

Visite nossos *sites* na Internet

*www.jurua.com.br* e

*www.editorialjurua.com*

e-mail: *editora@jurua.com.br*

---

**ISBN: 978-85-362-5264-3**



**Brasil** – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900  
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

**Europa** – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –  
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** José Ernani de Carvalho Pacheco

---

Matos, Monique Fernandes Santos.

M433d      Direito internacional social: análise das decisões das  
Cortes Europeia e Interamericana de Direitos Humanos./  
Monique Fernandes Santos Matos./ Curitiba: Juruá, 2015.  
218p.

1. Direito social. 2. Direitos humanos. 3. Relações in-  
ternacionais. 4. Hermenêutica (Direito). 5. Tribunais inter-  
nacionais. I. Título.

00110

CDD 342.7

CDU 341.48

---

# SUMÁRIO

---

<b>LISTA DAS PRINCIPAIS ABREVIATURAS E SIGLAS.....</b>	<b>15</b>
<b>1 – INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>2 – AS PARTICULARIDADES DOS DIREITOS SOCIAIS .....</b>	<b>25</b>
2.1 A Complexidade dos Direitos Sociais .....	27
2.2 O Regime Jurídico Próprio dos Direitos Sociais .....	35
2.3 A Universalidade dos Direitos Humanos Aplicada aos Direitos Sociais .....	38
2.3.1 Noções essenciais aos direitos humanos relacionadas à universalidade.....	42
2.3.2 Desafios à universalidade dos direitos sociais.....	48
<b>3 – AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS E A EXPANSÃO DOS DIREITOS SOCIAIS .....</b>	<b>57</b>
3.1 Notas sobre as Relações Internacionais Relacionadas à Universalidade dos Direitos Humanos .....	58
3.2 As Relações Internacionais e a Expansão dos Direitos Sociais .....	66
<b>4 – A APLICAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS.....</b>	<b>71</b>
4.1 Notas Sobre a Hermenêutica Jurídica.....	73
4.2 A Hermenêutica Jurídica Própria aos Direitos Sociais .....	80
4.3 A Importância dos Mecanismos de Aferição de Resultados e de Apuração de Violações Cometidas pelos Estados para a Concretização dos Direitos Sociais.....	86
4.4 Síntese Conclusiva.....	94
<b>5 – OS SISTEMAS DE PROTEÇÃO E CONTROLE DOS DIREITOS SOCIAIS.....</b>	<b>97</b>
5.1 O Direito Internacional Social e os Sistemas de Proteção .....	98
5.2 O Sistema Universal de Proteção aos Direitos Humanos Sociais..	105
5.2.1 A Organização Internacional do Trabalho (OIT) .....	107
5.2.2 A Organização das Nações Unidas (ONU) .....	115
5.2.3 Outras organizações internacionais com atuação na promoção de direitos sociais .....	121

<b>6 – OS SISTEMAS REGIONAIS DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS</b>	123
6.1 Os Sistemas Europeus de Proteção aos Direitos Humanos	123
6.1.1 O Sistema Europeu de Direitos Humanos (SEDH)	127
6.1.2 Interação jurisdicional entre os sistemas europeus (TJUE e Corte EDH)	131
6.2 O Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos (SIDH)	136
6.2.1 A Comissão e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Com IDH e Corte IDH)	139
6.3 Considerações Comparativas entre os Sistemas Regionais	143
<b>7 – TENDÊNCIA JURISPRUDENCIAL DA CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS EM MATÉRIA DE DIREITOS SOCIAIS</b>	147
7.1 Linhas Gerais da Jurisprudência da Corte EDH em Matéria de Direitos Sociais	148
7.1.1 A interpretação integrativa	151
7.1.2 A interpretação construtiva	156
7.1.3 O uso da margem nacional de apreciação	161
<b>8 – LINHAS GERAIS DA JURISPRUDÊNCIA DA CORTE IDH EM MATÉRIA DE DIREITOS SOCIAIS</b>	167
8.1 Análise Crítica das Principais Linhas Argumentativas	167
8.1.1 Linhas argumentativas em violações a DESC de grupos de pessoas em situação social vulnerável	170
8.1.2 Linhas argumentativas na interpretação do direito à vida em uma visão ampliativa para incluir a garantia de DESC	173
8.1.3 Linhas argumentativas em violações ao direito à liberdade sindical e ao direito à saúde	175
8.1.4 Linhas argumentativas em violações ao direito ao desenvolvimento progressivo dos DESC de pessoas que não se encontram em situação de vulnerabilidade social	176
8.2 Considerações Comparativas entre as Jurisprudências Regionais	183
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	185
<b>REFERÊNCIAS</b>	195
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO</b>	205